

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636276>

DOI: 10.20396/remate.v29i2.8636276

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2009 by UNICAMP/IEL. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa

Sidney Chalhoub¹

I

Em livro recente, Sérgio Paulo Rouanet busca definir uma determinada forma literária, apelidada “shandiana”, no próprio Sterne, e mais em Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis (ROUANET, 2007). Salvo por Diderot, Rouanet delimita as suas fontes a partir da nota “Ao leitor”, assinada pelo próprio autor ficcional das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, na qual aparecem Sterne e Xavier de Maistre, e no prólogo da terceira edição em livro, quarta do romance, assinada Machado de Assis, em que se inclui também Almeida Garrett. Rouanet repara no fato, já observado antes por Eugênio Gomes, quicá por outros, de que entre a publicação seriada das *Memórias póstumas* na *Revista Brasileira*, em 1880, e a primeira edição em livro, no ano seguinte, Machado suprimiu da nota “Ao leitor”, atribuída a Brás Cubas, a referência a outro autor, Charles Lamb. Ou seja, originalmente Machado atribuíra a Brás a afirmação de que adotara no livro “a forma livre de um Sterne, de um Lamb, ou de um de Maistre” (GOMES, 1976, p. 75-76).

Qual o motivo da supressão? Segundo Rouanet, a julgar pela data do livro de Lamb que Machado tinha em sua biblioteca pessoal,² ele deve ter lido o autor inglês pouco antes da primeira edição das *Memórias póstumas*. Impressionou-se com o seu humor, mas teria percebido que a forma shandiana requeria mais, algumas características estruturais que não se encontrariam em Lamb. Dos *Ensaio de Elia*, obra mais conhecida de Lamb, Rouanet diz que “são textos deliciosos, cheios de verve e fantasia, mas que, sendo crônicas de revista, não pertencem ao gênero shandiano por excelência, o ficcional” (ROUANET, p. 31).

Ao consultar uma antologia de literatura inglesa após ler essa passagem de *Riso e melancolia*, encontrei lá algumas páginas truncadas de Lamb (ABRAMS, 1974, p. 744-777), delicie-me com “The Two Races of Men”, mote do divertidíssimo conto “O lapso”, de *Histórias sem data*, volume publicado em 1884, passei os olhos por outros textos e não cheguei a lugar nenhum. Todavia, o modo como Rouanet interpreta a decisão de Machado de excluir Lamb da nota “Ao leitor” deixou-me outra curiosidade, qual seja, a de entender melhor o motivo pelo qual Machado o incluiu em primeiro lugar (e a razão pela qual Rouanet considerou tão natural a exclusão posterior). Afinal, seria tão absurdo assim considerar “crônicas de revista”, textos “cheios de verve e fantasia”, um gênero ficcional? Já sabemos a resposta na visão de Rouanet. Crônica de revista não é gênero ficcional, logo nada tem a ver com forma literária, shandiana ou outra cousa. Mas permanece o fato de que o próprio Machado titubeou. Ao fazê-lo, podemos achar que ele concluiu ser mesmo incorreto aproximar crônica e gênero ficcional, não importa qual seja? A experiência recomenda prudência em assuntos que tais. Lembro, por exemplo, de que Karl Marx, na

Ideologia Alemã, escreveu que “Só conhecemos uma única ciência, a ciência da história”. Ele estava certo, como sabemos todos nós, historiadores, e o sabia o próprio Marx melhor ainda, mas o fato é que aquele barbudo iracundo riscou a frase do manuscrito original da *Ideologia* (FERNANDES, 1983, p. 184).

II

Prossigo na senda de Rouanet, em busca de um objeto arisco, difícil de circunscrever – a saber, as relações entre crônica e literatura. Machado de Assis percebeu a aproximação entre aspectos do que pretendia em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e a prática dele próprio no gênero cronístico, ao menos quanto à maneira como passou a exercê-lo desde meados dos anos 1870, mais precisamente, a partir da série “História de quinze dias”.

Sem duvidar da hipótese de que muito do humor das *Memórias póstumas* se deva às ditas influências inglesas, shandianas ou outras, não se deve subestimar a riqueza da inserção de Machado de Assis na imprensa do período, em especial quanto à tradição do humor crítico dos costumes políticos, e de outros costumes também, políticos num sentido menos aparente, por isso talvez mais profundo e de maiores consequências na reprodução das injustiças sociais.

Ao considerar natural o descarte de Charles Lamb na citação machadiana, Rouanet alega que o humor não bastava para definir a forma shandiana. O que definiria tal forma? Melhor, quais os aspectos marcantes, os traços estruturais, do humor shandiano? Ele identifica e demonstra quatro características da narrativa shandiana em geral: hipertrofia da subjetividade; digressividade e fragmentação; subjetivação do tempo e do espaço; interpenetração do riso e da melancolia. Parece-me que qualquer leitor menos bissexto da crônica oitocentista brasileira tenderia a julgar os dois primeiros elementos algo fundantes da tradição desse gênero na imprensa da época. Ocupar-me-ei apenas do primeiro item, a hipertrofia da subjetividade. Mais precisamente, interessa-me ver como o humor da crônica machadiana se assenta no procedimento, narrativo e conteudista, da subjetividade exacerbada. O interesse disso, está claro, é menos identificar influências outras na literatura de Machado, mas antes fazer aterrissar tais influências em interlocuções e conflitos históricos específicos.

A crônica machadiana da década de 1880, meu ponto de chegada, apropria-se do repertório satírico, em verso e prosa, das lutas políticas entre periodistas liberais e conservadores ao longo do Segundo Reinado. A derrota política marcava a fundo a trajetória dos liberais. Viviam da memória gloriosa da abdicação do primeiro imperador, tido por autoritário, adepto do liberalismo teórico, do romantismo prático. Lembravam o ato adicional de 1834 como momento no qual a sua agenda política prevalecera –descentralizadora, contrária aos excessos do poder moderador, favorável à expansão da cidadania política, adversária, senão da escravidão, ao menos do tráfico negreiro. Depois de 1848, com a derrota definitiva simbolizada na Praieira, passou a valer de vez o provérbio, tantas vezes repetido e mal compreendido: nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder. Em outras palavras, tal provérbio não

significava que conservadores, ou saquaremas, e liberais, ou luzias, eram todos iguais. Os luzias, no poder, pareciam saquaremas; ou seja, todos se pautavam pela agenda política conservadora. O sistema político imperial garantia rodízio no acesso ao poder, ao qual os liberais ascendiam com frequência similar aos conservadores; todavia, os gabinetes liberais permaneciam no ofício, em média, bem menos tempo do que os conservadores. Ademais, não conseguiam realizar as reformas sociais às quais se propunham, deixando-as a cargo de gabinetes conservadores que as emasculavam até tornar possível a aprovação do parlamento.³

Essa situação de impotência, ou a percepção dela enquanto tal, parece ter afiado a pena satírica da imprensa liberal, sem que isso queira dizer que os saquaremas deixassem de dar o troco em chistes parelhos. Às vezes é possível flagrar, num detalhe à primeira vista insignificante, como Machado de Assis recorria ao repertório comum à luta incessante entre jornalistas liberais e conservadores, algo que conhecia bem desde os anos 1860, quando militara intensamente na imprensa liberal⁴. *Gazeta de Holanda* é uma série de crônicas que Machado de Assis publicou na *Gazeta de Notícias* entre 1 de novembro de 1886 e 24 de fevereiro de 1888, num total de 48 textos, sempre versos rimados organizados em quadras cujo número variava de uma crônica a outra. Vinham sempre assinadas por pseudônimo, Malvólio. Voltarei às características da série mais adiante. Por ora, vejamos a primeira quadra do primeiro texto da série, que vinha assim:

“Um doutor da mula ruça,
Caolho, coxo e maneta,
É o homem que se embuça
No papel desta gazeta.”

Linhas abaixo, lê-se o seguinte: “Que traga ideias a folha/Liberal que se anuncia”. Em suma, o narrador da *Gazeta de Holanda* dizia-se responsável por uma nova folha liberal que surgia. Ademais, descrevia a si próprio, jocosamente, como “um doutor da mula ruça”.

A associação entre doutor da mula ruça – isto é, doutor de araque, charlatão – e credo político liberal parecia vir de longa data. Talvez tivesse se originado num momento formador do jornalismo político do Segundo Reinado, ou seja, nos desdobramentos e repercussões do panfleto liberal exaltado de Sales Torres Homem, intitulado “O libelo do povo”, publicado pela primeira vez em 1849 sob o pseudônimo de Timandro. Sales Torres Homem formara-se médico e faria longa carreira política. O panfleto de 1849 consistia em verdadeira diatribe contra o imperador e o regime monárquico, declarava-se favorável à democracia e à expansão dos direitos políticos. Seu autor, num movimento longe de atípico àquele tempo, quiçá em outros, chegou-se aos poucos aos conservadores e ao próprio imperador, que soube releva a petulância oriunda do momento político de 1848, nomeando o liberal incendiário de outrora para altos cargos públicos, até mesmo para ministérios.⁵

O gesto político inaugural de Sales Torres Homem, porém, repercutiu de imediato e permaneceu referência nas décadas seguintes. Dizia-se que o homem era filho de uma

preta quitandeira e de um padre “negocista”, “senhor de escravos”, “de conduta escandalosa” (MAGALHÃES JR., p. 7). Após uma temporada em Paris, Torres Homem voltou de lá acompanhado de uma corista francesa, chamada Elisa. Reza a lenda que ele a abandonou, após derreter-lhe os cobres, para casar com uma senhora interiorana abastada. Consta que, certa vez, em local muito frequentado, Torres Homem apanhara de chicote dum oficial do exército. Desafiara o agressor para um duelo, mas acabara aceitando a reconciliação. Esses ingredientes, manipuláveis todos em tópicos de cunho moral e racial (JAROUCHE, 2001, p. XX), deram origem, por exemplo, aos versos seguintes, publicados no periódico “O caboclo”, sob o título de “O crioulo malandro”, em 10 de março de 1849 (MAGALHÃES Jr., pp. 16-17; JAROUCHE, pp. XX-XXI):

“Esse grave doutor da mula ruça
Que nos lombos levou tremenda coça,
E de Paris nos trouxe aquela moça
Sobre a qual muita gente se debruça;

Esse inchado pavão, que se empapuça
Por ter casado rico, lá na roça,
É doutor mesmo próprio de carroça,
Servindo-lhe a c’arapinha de c’arapuça.

Da anarquia feroz o facho atíça
Tratando a monarquia de chalaça
Sem lembrar-se do pai, Padre de Missa!

O tratante quer ver se o povo embaça,
E p’ra satisfazer a vil cobiça
Deseja que governe algum cachaça!”

A semelhança de ritmo e graça entre os versos de “O caboclo” e os de Machado de Assis em *Gazeta de Holanda*, publicados quase meio século depois, testemunha a pujança da tradição da poesia de sátira política no Segundo Reinado. A piada quanto à associação entre credo liberal e doutor da mula ruça parecia compartilhada de modo amplo, a julgar pelo fato de aparecer também em duas obras primas do humor político no período imperial, surgidas da pena afiada do liberal Joaquim Manoel de Macedo: *A carteira de meu tio*, de 1855, e *Memórias do sobrinho de meu tio*, publicada em dois tomos nos anos de 1867 e 1868. Nesses livros, Macedo põe em cena um narrador saquarema desabusado, quanto a isso decerto um precursor de Brás Cubas, que alegava se esconder no anonimato – identificava-se apenas como “o sobrinho do tio” – para dizer toda a verdade sobre si mesmo e seus pares, políticos conservadores, barrigudos físicos e morais. Havia também o alter ego de Macedo, o compadre Paciência, um liberal histórico, crítico da escravidão, inconformado com o cinismo e a falta de escrúpulos do sobrinho e sua turma. O liberal Paciência possuía uma mula-ruça, ao qual o narrador saquarema referia-se de quando em vez para desqualificar o tio e interlocutor, que para ele se supunha sábio sem o ser, um “doutor da mula ruça”, enfim.⁶

III

Rouanet tem razão. O humorismo inglês não basta para caracterizar a forma shandiana. De modo análogo, o repertório da sátira política presente na imprensa da época, e tão bem conhecida de Machado de Assis, não basta para definir a crônica machadiana. Nesse gênero literário, conforme a prática de Machado, não se pode dissociar humor e hipertrofia da subjetividade. E isto nos leva ao problema do autor putativo ou narrador ficcional das crônicas.

Menciono, em pinceladas, quatro características da crônica machadiana, conforme o formato que adquiriu nas décadas de 1870 e 1880 – mais precisamente, entre as séries “História de 15 dias” (1876-7) e “BONS DIAS!” (1888-9). Excluo as séries anteriores, por terem outro feitio – caso de “Comentários da semana”, por exemplo – ou por ainda não se saber o suficiente sobre elas – situação dos textos publicados em *A Semana Ilustrada*. Nada digo tampouco sobre a série “A Semana”, publicada na *Gazeta de Notícias* na década de 1890, outra que nunca mereceu estudo aprofundado, sequer teve edição completa anotada até hoje, apesar de seu fôlego óbvio quanto à elaboração literária e esforço de interpretação histórica dos acontecimentos do tempo.⁷ Por fim, as tais quatro características às quais me refiro são pertinentes às crônicas de Machado tanto quanto às de vários outros literatos coevos que, como ele, inventaram o gênero ao longo da segunda metade do século XIX, ainda que fossem poucos os que chegassem a dominá-lo como Machado, aqui também o mestre dos mestres.

Dois traços do gênero cronístico dificultam a sua leitura e interpretação pelos leitores hodiernos, ao mesmo tempo em que determinam o caráter desses textos. A crônica é gênero imerso na indeterminação de sua época, na incerteza da história vivida. Ela depende da interlocução imediata com outros textos, discursos, gestos. Nutre-se dos fatos do momento e busca interferir em seu curso. Disso decorre que o estudo de qualquer série de crônicas, ao menos numa primeira aproximação, requer certa imersão do crítico nos acontecimentos nela referidos, por meio da realização da pesquisa empírica necessária para permitir imaginar, em alguma medida, a posição do cronista, obrigado a voltar a cada semana, ou quinzena, para comentar com o leitor assuntos compartilhados com ele em sua imprevisibilidade, desdobramentos surpreendentes, ou até mesmo em sua rotina ou mesmice, a merecer reparo precisamente por essa razão. Uma segunda característica da crônica oitocentista, majoritária mas longe de exclusiva, é o enfoque na matéria política. Ao que parece, cronistas nunca se cansavam do parlamento, das eleições, das tramas para derrubar e fazer conselhos ministeriais, das trapalhadas do executivo, fosse municipal, provincial, geral. Essa queda pelo político, que reforça a âncora temporal dos textos, ajuda a entender a desventura crítica da crônica enquanto gênero literário. Afinal, reza a lenda que cânone literário e indiferentismo político são assim como irmãos siameses; por conseguinte, não podia haver literatura em textos tão conspurcados pelos interesses de seu tempo, tão afundados na lama da história à qual pertenciam. E por tal senda chegamos ao ponto onde estamos, ou estávamos até recentemente: quase ignorantes por inteiro a respeito do fazer literário em mais de seis centenas de textos de ninguém menos do que Machado de Assis.

As séries de crônicas de Machado publicadas nas décadas de 1870 e 1880 vinham quase todas na primeira pessoa do singular (a exceção, mais aparente do que real, como veremos, é a curta série “A + B”), assinadas ou não ao final por pseudônimos, obras de autores putativos ou imaginários que se constituíam personagens fictícias da história real. Desse terceiro traço da crônica machadiana originam-se novos condicionantes ao exercício de interpretá-la: as séries precisam ser analisadas por inteiro, em busca do temário do narrador, das continuidades e rupturas no seu modo de ver as cousas; cada peça ou crônica específica é unidade indivisível, ainda que tecida de fragmentos diversos, pois via de regra o raciocínio do narrador apresenta um fio condutor possível de discernir, já que guarda regularidades de visada e meneios retóricos previsíveis. Ademais, a hipótese mais segura, quanto à relação entre autor real e autor suposto, é imaginar uma alteridade radical entre eles, um jamais pensa o que diz o outro, ou quando o pensa diz de outro jeito, perspectiva diferente, conteúdo irreduzível, a exigir exegese textual atenta em qualquer tentativa de chegar a Machado de Assis por meio de suas criaturas.

Disso se segue que a complexidade dos movimentos dos narradores ficcionais em primeira pessoa das crônicas não é necessariamente menor do que a de seus correlatos nos romances ou contos – cada qual leva o seu barro próprio e cinzeladas que tais. Assim, por exemplo, Policarpo, autor suposto de “BONS DIAS!”, e o conselheiro Aires, de *Memorial de Aires*, escrevem a sua série de crônicas e o seu diário, respectivamente, no mesmo período, ou seja, nos meses de crise final da instituição da escravidão e nos subsequentes, fazendo tema deles, entre outros, a reflexão sobre o sentido de tal processo histórico. Todavia, Policarpo era invenção machadiana no calor da hora, autor e personagem experimentam juntos, por assim dizer, a incerteza dos acontecimentos que observam. Por mais que houvesse um projeto de execução prévio da série, por mais que Machado de Assis tivesse decidido de antemão o delineamento geral do narrador, as preferências temáticas dele, seu modo de abordar os assuntos, seus chistes retóricos, não seria possível esculpi-lo de todo; logo, Policarpo nunca deixa de ser uma personagem em processo, de marcha incerta até certo ponto, sujeita a solavancos e mudanças de rumo imprevisíveis para seu próprio autor. Tal cota de imprevisibilidade na elaboração narrativa é circunstância de escrita da crônica, não é limite dela nem subtrai nada de seu labor literário, pois uma série cronística machadiana é amiúde obra longa, feita com pachorra, ao longo de meses, anos. Por outro lado, as incertezas e esforços de interpretação do conselheiro Aires são de outra natureza, por inteiro obra de seu criador, pois ele, Machado, situado lá em 1908, remete aos acontecimentos de vinte anos antes. A forma de diário incrusta na modulação da personagem narradora as suas incertezas dela sobre o sentido dos acontecimentos que presencia, mas tais limites de perspectiva não o são de Machado de Assis, para quem os acontecimentos vivenciados pelo conselheiro Aires haviam se tornado sentidos retrospectivos, releituras do passado, quiçá enfeixados na tentativa de refletir sobre o legado da escravidão num momento histórico em que se inventava a mania brasileira de ignorá-lo. De qualquer modo, para o campo por definição interdisciplinar de estudos machadianos, salta aos olhos o interesse que haveria em pesquisar as relações entre “BONS DIAS!” e *Memorial de Aires*, entre Policarpo e Aires.

Uma quarta constante da crônica machadiana, maneira por excelência de acentuar a subjetividade do ponto de vista da narrativa, consiste em certa regularidade marcante no movimento interno de autores ficcionais tais como Manassés, Lélío, Malvólio, Policarpo, diferentes entre si numa infinidade de pormenores, semelhantes no seguinte: todos eles caracterizam-se pela tendência em identificar um problema real, demonstrar perplexidade diante da dificuldade em formar opinião diante dele, pois que nenhuma das soluções à vista parece melhor do que as outras, logo acabam por aderir à posição que lhes parece mais cômoda ou individualmente vantajosa. Esse paradigma narrativo, estruturante do humor e sarcasmo que permeiam a crônica machadiana, talvez fique melhor na demonstração do que no enunciado.

IV

“A + B” foi série machadiana curta, apenas sete crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias* em setembro e outubro de 1886.⁸ Todavia, parece originalíssima enquanto projeto de série, pois levou ao limite a ideia de representar personagens imersas na indeterminação de seu tempo, perplexas diante dos acontecimentos mesmo que empenhadas em lhes “arrancar” “uma significação”, como diria depois Policarpo em “BONS DIAS!”.⁹ O narrador procedia como se apenas reproduzisse a conversa entre dois leitores da folha. As crônicas consistiam pois na “transcrição” do diálogo imaginário entre esses dois leitores, “A” e “B”, como se o próprio cronista não tivesse interferência alguma no que se dizia, seu mote consistindo em deixar falarem as fontes. Assim, no texto de 22 de setembro, “A” e “B” encontram-se na rua, como estás para lá e para cá, como de praxe, e logo encetam o seguinte diálogo: “Vamos a saber, não leu nada? Não sabe nada?”; e o outro, já no exercício de interpretar os eventos, “Sei vagamente uma história de emendas que passaram no senado, e que provavelmente não passam na câmara”. Noutro dia, 24 de outubro, “A” andava pela rua totalmente absorto na leitura do jornal, o que fazia em voz alta: “Nós ontem ouvimos o nobre senador pela Bahia, aliás um parlamentar de talento...”. “B” tenta interromper, “Eh! Olá! Pare, homem”, “Que distração é essa?”. “A” acaba convidando o colega a ler, juntos, o discurso do deputado Martinho Campos, escravocrata de truz, então com a bossa de discursar sobre os vícios do parlamentarismo. Enfim, as personagens dessa série são, de fato, figurações de leitores das folhas, em especial da própria *Gazeta*.¹⁰

Se o jogo ficcional aqui parecia ser a ideia de reprodução, pelo narrador, de diálogos entre leitores das folhas, também era verdade que tal narrador, apelidado João das Regras, exercia a prerrogativa de escolher o que transcrever. A inspiração para o pseudônimo deve ter sido o João das Regras que viveu no século XIV, época de d. João I, a quem servia esforçando-se para fazer retornar à Coroa portuguesa prerrogativas e direitos perdidos para a nobreza e o clero. Em outras palavras, João das Regras aparece nos compêndios e dicionários de história de Portugal como um dos construtores ou ideólogos do absolutismo monárquico naquele país. Uma referência à personagem, localizada ao acaso, num discurso de Paulino José Soares de Souza durante os debates parlamentares que resultariam na lei de 28 de setembro de 1871, a chamada lei do Ventre

Livre, confirma esse modo de interpretar tal alusão. Paulino liderava à época a dissidência conservadora contrária à aprovação do projeto de lei sobre a liberdade dos nascituros, argumentando que a iniciativa contrariava a opinião pública – isto é, ia de encontro aos interesses dos grandes cafeicultores do Vale do Paraíba–, logo caracterizava um abuso, pelo imperador, das prerrogativas do Poder Moderador. Além disso, prosseguia, usurpava direitos de propriedade sobre escravos protegidos pela constituição imperial. Em certo momento de seu arrazoado, Paulino citou João das Regras e os seus esforços para fazer “reverter gradualmente à coroa” os bens da nobreza, “sempre que lhe parecesse”; em seguida observava que aquele era, “porém, o tempo em que o rei foi a lei viva sobre a terra, e a sua vontade a expressão jurídica” (*Annaes do Parlamento Brasileiro*, Câmara dos Deputados, sessão de 23 de agosto de 1871). O raciocínio de Paulino conduzia à ideia de que os excessos do rei – no caso, do imperador – poderiam levar à desobediência aberta de seus súditos, que resistiriam à aplicação da lei de emancipação dos escravos, se viesse a ser aprovada.¹¹

Quanto aos critérios do João das Regras de “A + B”, nota-se que os diálogos que transcreveu foram quase sempre sobre problemas financeiros, em especial notícias de desfalques e demais falcaturas que sangravam os cofres do governo imperial; sobre instabilidade política nas repúblicas do Prata, o que propiciava todo tipo de alusão à crise da instituição monárquica no Brasil e suas possíveis consequências; e sobre insatisfações de lideranças políticas nas províncias, o que colocava na ordem do dia o arranjo institucional centralizador da monarquia diante das ambições localistas, ditas federalistas, que ganhavam força.

É curioso que o último texto da série “A + B”, publicado na página 2 da *Gazeta de Notícias* de 24 de outubro de 1886, tenha aparecido ao lado de parte da longa cobertura da folha sobre o julgamento de dona Francisca da Silva Castro, ocorrido na véspera no júri da Corte. Tal episódio é referência central para a leitura da primeira crônica da série “Gazeta de Holanda”, de 1 de novembro, havendo motivo para pensar que Machado pinçou aí elementos importantes na concepção de seu novo projeto no gênero. Dona Francisca da Silva Castro, senhora casada com José Joaquim Magalhães Castro, moradora à praia de Botafogo, era acusada de haver torturado barbaramente duas de suas escravas, Eduarda e Joana, de 15 e 17 anos, respectivamente. A primeira notícia sobre o episódio aparecera nas folhas da Corte em 12 de fevereiro de 1886. A *Gazeta* desse dia, em matéria intitulada “Barbaridade”, narra a marcha das duas escravas pela rua do Ouvidor na tarde do dia anterior, em companhia de João Clapp, José do Patrocínio e outras figuras de proa do movimento abolicionista da Corte, que insistiam em exibir as chagas delas para o público e na redação de jornais. Segundo o relato da *Gazeta*, Eduarda teria ficado cega de um olho devido às pancadas; Joana, que viria a falecer dias depois, estava magérrima e tísica; ambas tinham escoriações por todo o corpo, sangravam, e vinham com roupas rasgadas, maltrapilhas. Foram levadas para um estúdio fotográfico para o registro de seu estado, depois entregues a um juiz para que se tratasse de sua liberdade.¹²

O caso tornara-se rumoroso e, como se vê, arregimentara abolicionistas desde o seu início, em especial no rescaldo da aprovação da lei de 28 de setembro de 1885, vista por muitos àquela altura como passo tímido demais em direção à extinção da escravidão – e entre os que viam a situação por esse prisma contavam-se, de modo conspícuo, os

redatores da *Gazeta de Notícias*. Após acompanhar o andamento do caso ao longo do ano, a *Gazeta* intensificara a cobertura nos dias anteriores ao julgamento, culminando em várias colunas de texto sobre a sessão do júri, espalhadas por duas páginas, na edição de 24 de outubro de 1886. A estratégia da defesa consistira, por um lado, em alegar que o episódio fora manipulado pelos abolicionistas, que teriam aumentado a sua importância devido a seus desígnios políticos; por outro lado, e mais importante, diziam que dona Francisca estava doente, sofrendo ataques que lhe tiravam a consciência do que fazia. A Machado de Assis não deve ter escapado o laudo “científico” dos médicos que haviam examinado a ré, transcrito assim na *Gazeta* do dia 24:

“É curiosa a anamnese constante do exame feito na acusada pelos senhores Teixeira Brandão, Souza Lima e Teixeira de Souza. Transcrevemo-la aqui (...):

‘Soubemos que Dona Francisca de Castro, filha de uma união ilegítima, cresceu e desenvolveu-se em um ambiente pouco apto para arvorecer a expansão das forças virtuais congênicas, que, depois sob a forma de sentimentos éticos deveriam constituir o centro regulador de todas as suas ações. Descendendo de uma senhora que, segundo nos referem, sucumbiu a uma moléstia cerebral, D. Francisca se distinguiu desde a infância pela excitabilidade do sistema nervoso e instabilidade do caráter. Sem cultivo intelectual, nem corretivo que pudesse subordinar os seus instintos, desejos e sentimentos, ao império das leis que consubstanciam o progresso moral, habituou-se ela a governar sem constrangimento; e, se por acaso encontrava relutância ao menor de seus caprichos, vencida facilmente todos os escrúpulos com um ataque histérico ou uma tentativa de suicídio. Vendo satisfeitas as suas fantasias e realizados sem discrepância todos os seus votos, D. Francisca de Castro tornou-se despótica e avessa aos estímulos da piedade e do bem (...)’” (*Gazeta de Notícias*, 24/10/1886, p. 2).

O resumo da ópera é que dona Francisca “douda” da Silva teve grande *performance* em seu próprio julgamento: entrou na sala de mãos dadas com um de seus três filhinhos, sofreu um “ataque” que a levou ao chão, riu durante a sessão do júri sem que se soubesse do quê. Acabou absolvida por unanimidade de votos, para grande indignação dos jornalistas da *Gazeta*. Quanto a Machado, na suposta loucura de dona Francisca, cuja causa insinuada no laudo tinha a ver com nascimento ilegítimo e degeneração, saltava o tema do cientificismo e das apropriações várias do darwinismo naquele momento para justificar quase tudo, em especial no que tange à sua vinculação com o tipo de oportunismo político e social que ele já abordara em séries cronísticas anteriores. De fato, Machado de Assis relacionava a busca inescrupulosa do interesse próprio, a avidez por lucro que levava a desfalques e falcatruas diversas, assunto importante em “A + B”, com a ideia de que “vida é luta”, resultando na sobrevivência do mais apto. Num caso, como no outro, a busca do interesse próprio, levado ao ponto da superação ou eliminação do próximo, ou do prazer em vê-lo varrido pelas circunstâncias, resultaria no equilíbrio da sociedade – doutrina esta, enfim, cujo absurdo Machado vinha expondo e combatendo ao menos desde as *Memórias póstumas de Brás Cubas* (CHALHOUN, 2003, capítulo 3). Em “A + B”, de 12 de setembro de 1886, “B” pergunta a “A”: “Você crê na luta pela vida?”. “A” responde: “Como não crer, se é a verdade pura?”. “B” explica então que “na luta pela vida tem de vencer o mais forte ou o mais hábil”, e pergunta ao outro: “Você é forte?”. “Sou um banana”, responde o colega. “B” então aconselha: “Pois seja hábil. *Make money*; é o conselho de Cássio. *Mete* dinheiro no bolso”. Nessas linhas, o dogma cientificista da “luta

pela vida” aproxima-se do mote capitalista do lucro a qualquer custo, “mete dinheiro no bolso”, entrelaçando-se, tornando-se inextricáveis.

Na série “Gazeta de Holanda”, como nas outras que Machado de Assis escreveu ao menos desde “História de Quinze Dias”, a realização literária desse projeto de crítica política e ideológica é sinuosa e complexa. Sobre o título, sua origem mais geral pode ser entendida na leitura do verbete “(Les) Gazettes de Hollande” no *Grand Dictionnaire Universel du XIXe siècle*, de Pierre Larousse (1872). Segundo Larousse, tais *Gazettes* consistiam em jornais ou panfletos publicados por refugiados franceses em Amsterdã e Leiden, durante os séculos XVII e XVIII, cuja característica principal seria a maledicência e a calúnia, explorando a curiosidade do público pelo escândalo e pela destruição de reputações. A referência mais próxima do título era ao estribilho de uma das canções da opereta de Jacques Offenbach, Henri Meilhac e Ludovic Halévy, *La Grande Duchesse de Gérolstein*, cantada com grande sucesso no Alcazar Lyrique Français da rua da Vala, segundo Raimundo Magalhães Júnior (1981, p. 102-3). Na verdade, o estribilho abria todas as crônicas: “Voilà ce que l’on dit de moi/ Dans la Gazette de Hollande”.

O enredo da opereta esclarece o contexto em que aparece o estribilho. O príncipe Paul esperava havia seis meses que a grã-duquesa de Gérolstein aceitasse realizar o casamento acordado entre eles. A grã-duquesa enrolava o donzel de todas as maneiras, interessando-se por campanhas militares, e por militares chibantes, antes que pelo príncipe insosso. Numa das cenas, o príncipe se queixava à grã-duquesa do incômodo de sua situação, pois virara motivo de chacota “dans la Gazette de Hollande”, lendo em seguida trechos do jornal para a consorte almejada, entre os quais se incluía o tal estribilho. Após muitas peripécias, e frustrada em seu desejo por homem fardado e engalanado, a grã-duquesa acaba anuindo em casar com o príncipe Paul, que afinal não parecia mau partido do ponto de vista do interesse material. Ao fazer isto, todavia, justifica-se dizendo frase que Machado colocara antes na pena de Lélío, o narrador que criara para a série “Balas de Estalo”, em passagem de crônica de 8 de julho de 1885, na qual o tema era o oportunismo político: “Quand on n’a pas ce que l’on aime, il faut aimer ce que l’on a” (“quando não se tem aquilo que se ama, resta amar aquilo que se tem”). Quanto ao apelido do narrador-personagem, Malvólio, também se inspirava em sujeito que passara ridículo na esperança de casar com mulher nobre, a condessa Olívia, na comédia *The Twelfth Night* (“A noite dos reis”), de Shakespeare. Tanto Paul quanto Malvólio são envolvidos em várias tramas e interesses de personagens que se aproveitam da ingenuidade deles, como se não estivessem bem adaptados para lidar com “a lei darwinica” (expressão que abre a crônica de 6 de dezembro de 1886) que passara a informar as relações sociais. De qualquer modo, Paul acaba conseguindo casar com a grã-duquesa; quanto a Malvólio, descobre as tramas de que foi vítima e termina a peça jurando vingança. Pareciam prontos, enfim, para encarar a vida de outro jeito, fornecendo assim o barro que, moldado com a pena da galhofa, resultaria no Malvólio da “Gazeta de Holanda”.

Em outras palavras, de todos esses ingredientes históricos e literários surge um narrador disposto a aderir à “lei darwinica”, atento a todas as oportunidades que poderiam levá-lo a “meter dinheiro no bolso”, adepto da máxima de que “na luta pela vida tem de vencer o mais forte ou o mais hábil”. Já se vê o potencial para argumentos absurdos, e logo para versos cômicos, em semelhante situação. Na crônica de 1 de novembro de

1886, a de abertura, toda ela eivada de referências ao julgamento de dona Francisca da Silva Castro, o narrador observa que a enchente de pessoas interessadas em assistir ao julgamento no júri tornara claro que a Corte precisava de novo prédio para abrigar o tribunal. Se tal edifício vingasse, pensou consigo Malvólio, bem feito “Que Joaquina expirasse/ De uma moléstia do peito,/ E que a Eduarda cegasse./ Só assim tínhamos prédio/ Para um tribunal sem nada;/ Não foi morte, foi remédio;/ Foi vida, não foi pancada”. No texto de 28 de novembro, Malvólio, em conversa com um boticário visivelmente feliz com os lucros que lhe adviriam caso se confirmasse, na Corte, a ameaça de epidemia de cólera, que já grassava na Argentina, também encontra motivo para ver nisso promessa de bem-aventurança. Os telegramas de Buenos Aires informavam que o cólera dizimara os internos de um hospício de alienados. Depois de várias quadras que descreviam a vida “enclausurada” dos “doudos”, cheia de “conversações sem gente”, “meias lembranças”, “meia flor de esperanças”, Malvólio via na interrupção daquelas vidas um “benefício imenso”: “Nem sempre a peste é moléstia/ Sacramentos e ataúde;/ Aos doudos vale uma réstia/ De inesperada saúde”.

Por fim, como não podia deixar de ser, Malvólio discorre em várias ocasiões sobre as estratégias que imaginava para chegar ao lucro fácil, “para meter dinheiro no bolso”. Na crônica de 21 de dezembro de 1886, ele fantasia uma conversa com o diabo, que lhe pergunta o “Que queres ser nesta vida?”. O demo lhe tenta com muitas cousas, tronos, altares, moças, ouro, figos, estrelas, mas Malvólio recusava tudo. Por fim, conta que “Quisera ser cartomante,/ Dizer que espere ao que espera,/ Dizer que ame ao amante./ Saber de cousas perdidas,/ Saber de cousas futuras,/ De verdades não sabidas,/ De verdades não maduras”. Cada número da *Gazeta de Notícias* à época trazia meia dúzia de reclames de profissionais que tais, sempre intitulados “Cartomante”, como, por exemplo, o de Madame Vidal, que vinha assim: “dá consultas por diversos sistemas, todos os dias, para descoberta de qualquer espécie, lê o destino na mão e explica-se com clareza; na rua do Hospício nº 249, sobrado” (*Gazeta de Notícias*, 7 de dezembro de 1886, p. 3). Malvólio concluía a crônica dizendo que promoveria “notáveis melhoramentos” no ofício, “Tapetes, largo edifício,/ E o preço –mil e quinhentos”. Noutra crônica muito divertida, de 13 de setembro de 1887, é Deus quem pergunta ao narrador o que ele desejava ser na vida. Dessa vez Malvólio queria entrar no Senado, de preferência “pela janela”, decerto impressionado com querelas eleitorais e debates públicos sobre a vitaliciedade dos cargos dos senadores. Não carece, enfim, multiplicar exemplos desse tipo de postura do narrador, pois será sempre mais divertido ler as quadras de Machado na íntegra.

V

Após encerrar a “Gazeta de Holanda”, em fevereiro de 1888, Machado de Assis dedicou-se à série “BONS DIAS!”, a partir de abril, em textos que continuariam a aparecer até agosto de 1889 na *Gazeta de Notícias*. Em livro recente, intitulado *Por um novo Machado de Assis*, John Gledson criticou severamente historiadores que divergem dele quanto ao modo de ler a crônica machadiana. Tais historiadores, no caso da série “BONS DIAS!”, teriam inventado um “narrador espúrio” (GLEDSON, 2006, p. 20); em simples nota de

rodapé, lista os supostos “erros fundamentais” que teriam provocado os “equivocos” desses autores (GLEDSON, 2006, pp. 403-4); em lance no mínimo curioso, afirma discordar dos historiadores por “razões históricas” (GLEDSON, 2006, p. 159). As edições anotadas de Gledson às crônicas de Machado foram importantes para despertar em historiadores o interesse em lê-las, por isso uma breve descrição dos motivos das divergências pode ser útil, talvez possa até esclarecer aspectos da complexidade da tarefa de ler a crônica machadiana sobre os quais tenho insistido neste texto.

A raiz da discórdia é na verdade o livro de Leonardo Pereira, *O carnaval das letras*, publicado pela primeira vez em 1995 (2ª. edição, Editora da UNICAMP, 2004). Pereira utiliza uma gama variadíssima de crônicas literárias para estudar o carnaval carioca e suas transformações ao longo do século XIX. Ele afirma que as interpretações hodiernas do tríduo momesco enquanto ritual de inversão – ou seja, baralhamento momentâneo e consentido das hierarquias pertinentes a certo ordenamento social, como espécie de escape às tensões a ele inerentes – originam-se de visões oitocentistas sobre a festa, propostas muita vez pelos escritores analisados. Esses literatos faziam em geral a apologia de mudanças em curso na folia carnavalesca, de maneira a proscrever a prática do entrudo e outras consideradas bárbaras ou incivilizadas, e para promover os desfiles das grandes sociedades e seus carros de ideias.¹³

É nesse contexto que surge um longo e inovador capítulo sobre a série “BONS DIAS!”. Leonardo Pereira argumenta que o autor putativo ou narrador ficcional dessas crônicas, Policarpo, um relojoeiro que descreu de seu ofício ao constatar que os relógios deste mundo nunca marcavam a mesma hora, posicionava-se de modo ambíguo vis-à-vis as transformações do carnaval carioca à época. Por um lado, Policarpo procurava abraçar a visão de outros cronistas/narradores, os quais viam na negação das antigas tradições carnavalescas requisito indispensável para promover nos trópicos a civilização à moda europeia; por outro lado, até mesmo por sua posição de classe, não podia deixar de ver as cousas de outra maneira, mostrando-se ciente do caráter excludente das mudanças em marcha. Em crônica de 27 de fevereiro de 1889, Policarpo diz não ter “prosa” para colocar as suas ideias na rua –isto é, não poderia participar do carnaval das grandes sociedades, que desfilavam seus “carros de ideias” com pompa e circunstância; em seguida, explica que “prosa” significa “falta de dinheiro”, em cartaginês ou “língua púnica”. O relojoeiro feito cronista demonstra a mesma ambiguidade quanto a outros temas. Ao acompanhar a crise final e a abolição da escravidão, em abril e maio de 1888, Policarpo tenta adotar a perspectiva dos proprietários de escravos mais impenitentes, que buscavam ainda controlar os eventos; ao mesmo tempo, não podia deixar de saber que as circunstâncias históricas do momento haviam colocado os escravocratas a reboque dos acontecimentos, tornando irremediável a liberdade de seu escravo Pancrácio e todos os outros 600 mil ainda escravizados em 13 de maio de 1888.¹⁴ Ao comentar as concepções de doença e práticas de cura existentes na sociedade à época, o narrador, envidando parecer ilustrado e integrado ao mundo da rua do Ouvidor, *queria acreditar* na medicina científica; todavia, não podia deixar de reconhecer a força da medicina popular, pois parecia que os curandeiros tinham “o governo da multidão” (CHALHOUB, 1996, p. 164-8; 180-5; SAMPAIO, 2001). Por conseguinte, segundo a perspectiva inaugurada por Leonardo Pereira, não se pode jamais supor, sem investigação laboriosa, que as opiniões do autor

putativo da série “BONS DIAS!” sejam as dele, Machado de Assis, o criador desse narrador ficcional. De fato, boa parte da comicidade desses textos e sua ironia às vezes avassaladora dependem da distância que Machado logra construir em relação ao narrador ficcional. É isso que permite a ele expor os dilemas e conflitos históricos do período de modo a evidenciar interesses escusos de proprietários, manipulações políticas, corrupção, preconceitos e mazelas que tais, tudo arrumado à sombra, por meio da pena do autor suposto, para sugerir que havia o risco de que aquela sociedade mudasse profundamente sem que nada nela mudasse em absoluto.

A resposta de Gledson a Leonardo Pereira e seus seguidores é negar peremptoriamente a existência de um autor suposto em “BONS DIAS!”. Ao fazer isto, aproxima o sentido dos textos às opiniões do próprio Machado de Assis, que as exprimiria sob a dupla proteção do anonimato das crônicas e do efeito relativista pertinente à ironia. As objeções do crítico parecem confundir a necessária análise empírica das crônicas com “empirismo literário”, aspecto que ajuda a esclarecer diferenças importantes de método e perspectiva teórica. Segundo ele, a menção ao fato de o cronista ter abraçado antes o ofício de relojoeiro só existe em cinco das 49 crônicas da série (p. 148); na página seguinte, acrescenta que, salvo na primeira vez, tais ocorrências são imateriais ao sentido das crônicas específicas, quem dirá da série como um todo, para então pinçar as citações comprobatórias, em trechos curtos e fora de contexto, quando, noutra passagem, ele mesmo diz que é perigoso “escolher só certos trechos de uma crônica, e não ver que cada uma tem que ser analisada e explicada inteira” (p. 403). Ficamos sem saber quantas vezes Policarpo precisaria referir-se ao seu ofício passado de relojoeiro para que o leitor se convencesse de que era ele mesmo quem voltava, a cada vez, dando-lhe o “BONS DIAS!” e despedindo-se com o “BOAS NOITES”. É verdade que o narrador só revela o seu nome, Policarpo, na décima crônica, texto aliás crucial por informar também a data de nascimento e outros eventos da vida de Policarpo na década de 1830, período que Machado aproximava aos anos 1880 devido à indeterminação da história (lá em 1830, como em 1880, monarquia ou república? Escravidão ou liberdade? Centralização ou federalismo?).¹⁵ Visto que o discurso de Policarpo é construído em primeira pessoa, não surpreende a menção única à sua alcunha, pois não é comum vermos as pessoas referindo-se a elas próprias como personagens de si (sic). Tal senda leva Gledson a admitir apenas que “algumas crônicas até têm narradores individuais”, posição que confunde as cousas sem solucionar o problema. Prova da confusão reinante aparece logo no primeiro parágrafo do capítulo dedicado a “BONS DIAS!”, no qual o crítico afirma que a formalidade de despedida sempre utilizada pelo narrador, “BOAS NOITES”, “também funcionava como assinatura/pseudônimo” (sic!).¹⁶ Diante disso, melhor prestar atenção às palavras dele, narrador, logo na primeira crônica: “No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os *bons dias* na boca”.

Gledson insiste no cuidado que se deve tomar para não esperar encontrar, em séries de crônicas machadianas, narradores ficcionais talhados à moda de Brás Cubas e Dom Casmurro. Mas o que se segue disso é a necessidade de aprofundar o entendimento das condições específicas de produção desses textos, e não partir do pressuposto inverso de que a regra neles é a pouca elaboração narrativa. De fato, ao atribuir a Policarpo os textos que escrevia, Machado de Assis incorporava ao projeto da série, e logo à perspectiva

do narrador ficcional, a circunstância de viver no turbilhão dos acontecimentos, mergulhado na experiência da indeterminação da história. Por conseguinte, seria irreal esperar que tal narrador postulasse a suposta clarividência ou sapiência que Brás Cubas conferia a si mesmo, ou contasse as suas histórias no viés de quem lhes atribuía um sentido retrospectivo e teleológico, como Dom Casmurro. Por isso Gledson encontra às vezes inconsistências que não o são, às quais atribui importância desmesurada, pois muita vez surgem apenas do caráter assumidamente brincalhão de Policarpo – que tem o tique, por exemplo, de esconder ou diminuir a própria idade. São aspectos que reforçam a situação do narrador, ajudam a lhe dar a qualidade de personagem fictícia da história real, à qual remete e que consiste na terra e estrume de seus textos.

Crônicas afundadas na terra e no estrume da história é imagem adequada, pois, como tenho argumentado, o entendimento desses textos depende de enraizá-los na interpretação das séries completas às quais pertencem, na leitura de cada crônica como peça inteira no contexto da série, na leitura do cronista específico em diálogo com outros cronistas, na visão do gênero cronístico em interlocução com outros gêneros narrativos, literários ou não, também presentes nas páginas dos periódicos em pauta, e fora deles – buscar, em suma, conceber essas produções literárias como forma de intervenção no devir da História.¹⁷ Tal História não serve de moldura ou contexto a coisa alguma, mas é a própria a se forjar por meio da intervenção do cronista, que é um vetor apenas numa encruzilhada de visões conflitantes, todas prenhes dum futuro que não se sabe bem qual será, mas sobre o qual cabe especular e apostar politicamente. Decerto, para Machado de Assis, autor imaginário de crônica não se confundia com autor imaginário de romance. Policarpo pouco tinha a ver com Brás Cubas, ou com o conselheiro Aires; todavia, é crucial reconhecê-lo, como os outros, enquanto realidade da ficção.

Notas

¹ Agradeço ao CNPq e à FAPESP pelo apoio à pesquisa que deu origem a este artigo, apresentado originalmente no simpósio “Internationalizing Machado de Assis”, Princeton Institute for International and Regional Studies, Princeton University, e Center for Latin American Studies, University of Chicago, realizado em Princeton, 6-7 de janeiro, e Chicago, 9-10 de janeiro de 2009. Partes deste texto foram publicadas em CHALHOUB, 2006 e CANO, CHALHOUB, PEREIRA e RAMOS, 2008.

² De acordo com MASSA, 2001, p. 65, trata-se de *Essais choisis de Charles Lamb*. Traduits de l’anglais précédée d’une étude sur l’humour et d’une notice littéraire sur Charles Lamb par Louis Depret. Paris: Charpentier, 1880.

³ Um resumo que tal da dinâmica do processo político imperial é quase uma temeridade historiográfica, em vista da enorme bibliografia sobre o assunto. Acho que permaneço fiel às interpretações de dois autores clássicos: José Murilo de Carvalho (1980 e 1988) e Ilmar Rohloff de Mattos (1987).

⁴ Ver, por exemplo, CAVALLINI, 2005. Ver também CANO e GRANJA, 2008, que oferecem uma apreciação crítica bastante percuciente da obra de Jean-Michel Massa no que tange à militância liberal de Machado nos anos 1860 e às origens do mito de que o escritor tornara-se “desgostoso e enjoado com as misérias políticas”, condição supostamente indispensável para vãos literários maiores (p. 34, para a citação, retirada de crônica de 22 de fevereiro de 1862; p. 34-37, para o argumento sobre Massa).

⁵ Para o texto integral de “O libelo do povo” e informações biográficas sobre Francisco de Sales Torres Homem, ver MAGALHÃES JR., 1956.

⁶ Ver nota de Flora Sussekkind em MACEDO, 1995b, p. 74.

⁷ Para uma edição anotada parcial da série, ver ASSIS, 1996.

⁸ Os parágrafos seguintes resumem o argumento apresentado em Chalhoub, 2005.

⁹ Crônica de 11 de maio de 1888, em ASSIS, 1990, p. 56 (há nova edição pela Editora da UNICAMP, 2008).

¹⁰ “A” e “B”, leitores em diálogo, devem remeter a Diderot, *Supplément au voyage de Bougainville ou dialogue entre A. et B.*, publicado originalmente em 1772. Tanto na série de Machado quanto no texto de Diderot, “A” e “B” começam a sua conversa falando sobre a imprevisibilidade do tempo (clima), sugerindo metáforas sobre o sentido da sequência do diálogo.

¹¹ Para um relato pormenorizado da resistência da dissidência conservadora nos debates de 1871, ver Chalhoub, 2003, em especial p. 164-206.

¹² Para as informações sobre a série “Gazeta de Holanda” e sua interpretação, baseamo-nos nas crônicas anotadas e no trabalho em andamento para a preparação do seguinte volume: ASSIS, Machado de. *A + B e Gazeta de Holanda* (org.: Sidney Chalhoub), a ser publicado pela Editora da UNICAMP.

¹³ Para uma visão mais ampla do assunto, ver CUNHA, 2001.

¹⁴ Ainda que escrevesse à época sem a perspectiva aberta por Leonardo Pereira, esta é basicamente a interpretação que ofereço para a crônica na qual Policarpo narra a alforria de seu escravo Pancrácio: Chalhoub, 1990, p. 95-102, 181-2.

¹⁵ Quem primeiro observou a relevância das datas mencionadas na décima crônica da série “BONS DIAS!” foi o historiador Jefferson Cano, a quem agradeço.

¹⁶ Apesar de não indicar a fonte, Gledson reproduz aqui o equívoco presente em SOUSA, 1955, p. 31-32.

¹⁷ Para tudo isto, ver a “Apresentação” em CHALHOUB, NEVES e PEREIRA, 2005, pp. 9-20. Para Machado de Assis em interação com outros cronistas, numa série coletiva, ver, Ramos, 2005.

Bibliografia

- ASSIS, Machado de. *BONS DIAS!.* Org.: John Gledson. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1990.
- ASSIS, Machado de. *A semana. Crônicas (1892-1893).* Org.: John Gledson. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- ABRAMS, Meyer Howard (ed.). *The Norton anthology of English literature.* Nova York: W. W. Norton & Company, 1974.
- CANO, Jefferson e GRANJA, Lúcia. “Introdução”, em: ASSIS, Machado de. *Comentários da semana.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- CANO, Jefferson; CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda e RAMOS, Ana Flávia Cernic. “Narradores do ocaso da monarquia (Machado de Assis, cronista)”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, fase VII, ano XIV, no. 55, maio a junho de 2008, pp. 289-316.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- _____. *Teatro de sombras: a política imperial*, São Paulo, Vértice, 1988.
- CAVALLINI, Marco Cícero. “Monumento e política: os ‘Comentários da Semana’ de Machado de Assis”, em CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, pp. 299-340.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. “A arte de alinhar histórias. A série ‘A + B’ de Machado de Assis”, em: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, pp. 67-85.
- _____. “John Gledson, leitor de Machado de Assis”, *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 8, nº 13, julho a dezembro de 2006, pp. 109-115.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DIDEROT, Denis. *Supplément au voyage de Bougainville ou dialogue entre A. et B.* Paris: Garnier-Flammarion, 1972.

- FERNANDES, Florestan (org.). *K. Marx, F. Engels: história*. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Eugênio. *Machado de Assis – influências inglesas*. Rio de Janeiro: Pallas/INL, 1976.
- JAROUCHE, Mamede Mustafa (org.). *Poesias da pacotilha (1851-1854)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *A carteira de meu tio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995a.
- _____. *Memórias do sobrinho de meu tio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995b.
- MAGALHÃES JR., Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- _____. *Vida e obra de Machado de Assis. Volume 3: Maturidade*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1981.
- MASSA, Jean-Michel. 'A biblioteca de Machado de Assis', em : JOBIM, José Luís (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro, 1987.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, 2ª edição.
- _____. "Introdução", em: ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2009.
- RAMOS, Ana Flávia Cernic, "Política e humor nos últimos anos da monarquia. A série *Balas de Estalo*", em: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, pp. 87-121.
- _____. *As máscaras de Léléo: ficção e realidade nas 'Balas de Estalo' de Machado de Assis*. Tese de doutorado em História, UNICAMP, 2010.
- ROUANET, Sergio Paulo. *Riso e melancolia. A forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- SOUSA, J. Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.